



Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho  
Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

Aos dezessete dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e três, reuniu-se na modalidade online, às dezessete horas, o Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim – CMPCCI, com a presença dos seguintes conselheiros, representantes da Sociedade Civil: **Paula Garruth - Literatura, Brenda Perim - Literatura, Amanda Malta de Palma – Teatro, Marco Antônio Reis da Silva – Teatro, Claudio Bernabé Teixeira– Música, Jovânia Valliat - Música, Hélio Antônio Pereira Júnior – Artesanato, Heloísa Prates Zaggo - Artesanato, Bruno Farjado - Cultura Popular, Lucas Guimarães Blunck Schuina - Cinema, Vídeo e Cultura Digital, Carla Ramos Prucoli - Câmara de Arquitetura e Urbanismo** e os representantes do Poder Público: **Fernanda Merchid Martins - SEMCULT, Fernanda Brito - SEMCULT, Ana Carolina Alves Souza – SEMURB, Thiago Elias Tognere – SEMDES, Maria Antônia Santos Passamai – SEME** e os seguintes convidados **Bette Pizzeta, Brunho Pacheco, Carina Soares, César Almeida, Danilo Busato, Fellipe Bandeira, Gabriel Rosaes, Gabriela Prado, Genildo Coelho, Isabella Ferreira, João B. da Silva, Luan Louzada, Nicolas Carneiro, Raissa Oliveia, Thiago Costa, Valquíria Volpato, Weber Cooper, Agatha Benks, Natássya Carvalho, Ivanélia Lins, Emerson Costa, Edgar Fiorin.** Dando início à reunião, Paula Garruth, presidente do conselho, cumprimenta a todos e fala sobre os regramentos da reunião, que tem como pauta: **a) Esclarecimentos do governo quanto a não adesão ao Programa de Coinvestimento Fundo a Fundo Editais 2023.** Paula solicita à Fernanda Brito que realize a chamada para a verificação de quórum. Com quórum para deliberações, Paula passa a palavra a Fernanda Merchid que cumprimenta a todos e inicia os esclarecimentos quanto a não participação do município no programa de investimento fundo a fundo dois mil e vinte e três, eixo editais. Fernanda Merchid explica que desde o lançamento do programa a SEMCULT fez tudo o que lhe cabia para se inscrever no programa e, após o envio da documentação, o município estava habilitado a participar, ficando apenas pendente para enviar no ato da adesão, o plano de ação, documento que deveria ser enviado com o aceite e a assinatura do governo até quatro de agosto, conforme prazo publicitado pela SEMCULT. Fernanda Merchid informa ainda que a SEMCULT lutou até o fim para entrar no programa, porém a SEMFA – Secretaria Municipal de Fazenda, sinalizou ao governo, no mês de julho, uma queda de arrecadação muito grande e que em virtude disto, todas as secretarias do município estavam passando por adequações orçamentárias e corte de gastos; ela informa ainda que argumentou e analisou o quanto pôde no sentido de buscar dentro do próprio orçamento da secretaria o valor necessário para a contrapartida, porém, não foi possível, considerando que o orçamento da SEMCULT para o corrente ano estava bem apertado. Fernanda Merchid explica ainda que o secretário de fazenda solicitou que a mesma aguardasse o fechamento do fim de julho para que se averiguasse uma possível arrecadação de recursos que poderiam fazer frente a despesa, porém, a receita do mês de julho foi fechada com frustração de arrecadação, e que no momento dessa devolutiva a mesma formalizou via sistema no início de agosto, ao gabinete do prefeito, um documento solicitando o posicionamento do governo se o município realmente, participaria do programa no eixo editais ou se de fato não teria condições de aderir ao convênio. Fernanda Merchid lê o memorando de número 16.838/2023 onde a SEMGOV respondeu

Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho  
Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

a SEMCULT reafirmando a perda orçamentária que impede o município de aderir ao programa, e explica que esta resposta é apenas para o eixo editais e que no eixo patrimônio o município irá participar. Fernanda Merchid frisa que a SEMCULT lutou até o fim, porém, com a resposta que se obteve do governo, acolheu a decisão de não celebrar o convênio. A mesma explica ainda que o plano de ação estava pronto quando o governo foi oficiado, entretanto, mediante a negativa o mesmo não pode ser inscrito, ressaltando mais uma vez, que o único motivo da decisão foi a frustração de receita do município. Fernanda Merchid deixa claro que a SEMCULT tem um limite de atribuições e que a secretaria foi até onde lhe cabia e que o mais, foge à alçada desta secretaria. Nesse momento Fernanda Merchid se coloca à disposição para esclarecimentos dos presentes. Marco Antônio fala sobre a última reunião do conselho e sobre a carta que a secretária leu sobre ele, pedindo sua expulsão do conselho, e fala que a mesma mentiu ao conselho quando foi indagada se estava tudo certo no fundo a fundo editais naquela ocasião, e sobre sua fala na entrevista dada à TV, dando a entender que estava sobrando dinheiro na cultura pois não houve captação total dos recursos dos Editais Fundo a Fundo dois mil e vinte e dois: indaga ainda que a não comunicação com o conselho os impediu de tomar providências e a acusa de estar se escondendo. Lucas Schuina também questiona o porquê de tanta demora em haver essa comunicação com o conselho, já que era sabido o posicionamento do governo. Fernanda Merchid começa respondendo que a carta citada não pedia a expulsão do conselheiro, mas sim, que se tomassem providências quanto à postura inadequada, desrespeitosa e sem urbanidade que o conselheiro Marco Antônio vinha apresentando ultimamente, não sendo um pedido de expulsão mas de correção de postura. Quanto ao fato de se ter mentido ao conselho a mesma explica que isso não ocorreu e assume que tardou em falar com o conselho porque, até o último momento, acreditava na possibilidade de adesão, e que a secretaria brigou até o fim para aderir ao programa. Frisa ainda o fato do conselho ter falhado em suas atribuições, considerando que os prazos eram públicos, e que o mesmo ficou aguardando que a secretaria tomasse todas as providências, vindo a se organizar apenas nesse momento. Fernanda Merchid reconhece que deveria ter prevenido o conselho, apesar de não ser o papel da secretaria, pois o conselho precisa ser mais atuante e acompanhar a documentação, mesmo assim a mesma considera um erro não ter comunicado antes ao conselho, *pelo qual faz "mea culpa"*, mesmo acreditando que não mudaria os fatos. Quanto ao esclarecimento de ter mentido na reunião do dia sete, a mesma narra os fatos como eles de fato aconteceram, onde a conselheira Amanda indaga se a não conclusão da participação do programa de coinvestimento de dois mil e vinte e dois impediria de alguma forma, a adesão ao programa no corrente ano, ao que lhe fora respondido que não impediria. Quanto à fala na reportagem, Fernanda Merchid explica que ela falou por vários minutos com o repórter na gravação, e concorda que o recorte na edição da matéria foi infeliz, deixando a impressão que o município não iria aderir por que tinha muito recurso, que era uma coisa pela outra, sendo o que se quis colocar na reportagem era que a SEMCULT tem cumprido seu dever desde que assumiu a gestão, não ficando de fora de nenhum programa de fomento a cultura até o momento, e frisa que o ficamos de fora deste programa em função de um contexto maior, já citado. Fernanda Merchid fala de sua insatisfação com a edição da

## Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

matéria veiculada e que chegou reclamar com o setor de comunicação da PMCI. Afirma que não admitirá que a não adesão a um programa invalide todo o trabalho que a SEMCULT vem desenvolvendo, e apesar de entender a manifestações de repúdio e insatisfação do segmento, não se pode esquecer ou desmerecer as ações e todo o trabalho realizado pela secretaria, pois a SEMCULT não ficou de fora de nenhum outro programa de fomento a cultura desde que assumiu a gestão. Fernanda Merchid deixa claro e pede para registrar em ata que não é uma coisa pela outra, que todos da SEMCULT queriam e trabalharam muito para aderir ao Programa de Coinvestimento Fundo a Fundo 2023, no eixo editais. Deixa claro que não está sobrando recursos na cultura, mas registra que juntando os valores pagos em dois mil e vinte e dois até o fim desse ano serão distribuídos um pouco mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) de recursos na ponta. Quanto à acusação de que “se escondeu”, Fernanda Merchid esclarece que não se pronunciou antes por falta de agenda, e lembra que a mesma não debate assuntos oficiais em grupos de whatsapp. Explica que já havia uma agenda marcada em Vitória para participação no I Encontro Nacional de Gestores de cultura na segunda (14/08) e terça (15/08), e que na quarta feira, dia 16/08, já haviam outros compromissos agendados, por isso a reunião e os esclarecimentos só puderam ser dados no dia de hoje. Brenda Perim fala que é um uso retórico no que se refere à justificativa a resposta dada a Amanda na reunião do dia sete, e pergunta como o conselho pode fiscalizar as ações da secretaria se informações não são levados ao conhecimento do conselho, pois todos estavam certos de que estava tudo “ok” com a adesão do programa fundo a fundo, e pede explicações quanto ao montante que a secretária afirmou distribuir ao setor até o fim deste ano. Brenda alega ainda que desde dois mil e dezoito além do valor da Lei Rubem Braga e o investido no Fundo, o município não faz nada para a cultura de Cachoeiro, e que se vangloriar de aderir a programas estaduais e federais não é o caso, pois a mesma considera que tais ações são obrigações da SEMCULT e que a classe não tem que agradecer por isso. Brenda continua falando que jogar a responsabilidade ou dividi-la com o conselho não é justo, pois o trabalho é da secretaria que tem mão de obra remunerada, considerando que o conselho não é remunerado e que é mais do que obrigação da secretaria organizar a documentação e envia-lá. Amanda fala sobre seu questionamento no dia sete durante a reunião ordinária do conselho, quando a mesma indagou sobre como estava o fundo a fundo dois mil e vinte dois e se o mesmo poderia atrapalhar o fundo a fundo dois mil e vinte e três tendo como intenção saber como estavam os procedimentos do atual certame, e quando lhe falaram que não, a mesma retruca perguntando, então está tudo certo? E que todos abaixaram a cabeça sinalizando que sim, desta forma a mesma considera o fato uma omissão. Amanda ainda considera uma atitude covarde em jogar sobre o conselho uma responsabilidade como esta, sendo que o conselho está fraco e desestruturado. Amanda ainda pontua que essa fragilidade e desestruturação é culpa da secretaria por falta de organização e motivação da SEMCULT, tendo apenas uma meia dúzia da classe que ainda luta pela cultura. Amanda explica que com a falta de sinceridade da secretaria ficou claro que a SEMCULT trabalha para o prefeito e não para a cultura e arte do município, e que é muito difícil acreditar que a culpa da reportagem realmente foi do recorte infeliz, sendo esta uma colocação pessoal da

Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho  
Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

artista. Amanda endossa a fala da Brenda sobre a falta de investimentos na cultura no município e que até o momento não foi dada explicações ao conselho sobre o recurso da Lei Rubem Braga de dois mil e vinte que não teve edital publicado e que os recursos do mesmo não vem sendo corrigidos a tempo. Fernanda Merchid diz que não irá falar novamente sobre questões respondidas anteriormente nesta reunião, e que respeita posicionamentos e opiniões pessoais. Quanto ao questionamento feito sobre os recursos pela conselheira Brenda, compromete-se a enviar ao conselho o levantamento realizado com os valores por ela proferidos, e frisa que em nenhum momento falou que eram todos recursos próprios. Fernanda Merchid diz que quando se enfatiza sobre os trabalhos da secretaria não é para vanglória e sim a demonstração do trabalho de uma equipe que tem sido incansável para cumprir com toda a política pública de cultura no município, fala ainda que em momento algum ela culpou o conselho, disse apenas que os prazos eram públicos e que o conselho sempre espera que a secretaria tome a dianteira, sendo que há uma divisão de responsabilidade entre o conselho e a secretaria, afirmando que o conselho pode chegar mais junto com a secretaria; e volta a frisar que lutou pelo recurso até a última hora, e ressalta que a SEMCULT demorou a acreditar na não adesão, devido ao histórico do município na vanguarda das políticas públicas culturais dentro do Estado. Quanto à motivação do conselho expressada por Amanda, a mesma diz não entender que tal ação caiba propriamente ao poder público, mas se coloca à disposição para dialogar com a classe e, se compromete a buscar informações sobre os recursos não investidos na LRB dois mil e vinte, apesar de se acreditar que tenham sido investidos na recuperação da cidade pós enchente e pandemia, mas que levará ao conselho os esclarecimentos por ela apurados. Amanda retoma a palavra e diz que se as pessoas não sabem como promover essa motivação ela pode citar uma lista de atitudes que o poder público e a SEMCULT podem fazer e que em outro momento levará essa lista ao conselho. Marco Antônio toma a fala e faz a seguinte colocação *“Fernanda se quer é capaz de diagnosticar que é incapaz de exercer o cargo que ocupa, pois não tem capacidade de brigar por orçamento para a cultura e que entende que a não adesão ao programa e não informação ao conselho é um erro ou uma leve omissão e que acha que repassar recursos que todas as demais secretarias do estado estão repassando é muito”*. Fernanda Merchid frisa que o posicionamento do conselheiro está fora da ordem da pauta do dia e que versa sobre sua opinião pessoal e aproveita o ensejo e pergunta aos presentes quem fez o card com a foto dela, fazendo alusão a criminosos que são procurados por algum delito, e veiculou o mesmo nas redes sociais. Marco Antônio diz ser o responsável pela criação e divulgação do card. Nesse momento houve uma discussão entre os presentes e Brenda diz em defesa de Marco Antônio que a utilização de imagens de pessoas públicas é direito de todos em forma de protesto. Paula diz que ouviu muito se dizer sobre a arrecadação de Cachoeiro está muito ruim, inclusive cita que o próprio prefeito verbalizou isso em pronunciamento na câmara, mas deixa registrado que municípios com arrecadação per cápita inferior a Cachoeiro aderiram ao fundo a fundo editais este ano. Felipe Bandeira diz que o tom da reunião está muito pesado e se sente incomodado com tais falas e sugere que o trabalho estatístico feito sobre o teatro fosse mostrado para que se concluísse, realmente, o histórico de motivação dos artistas. Lucas



## Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

diz que concorda que alguns conselheiros podem ter passado do tom, porém, considera que é o papel dos mesmos e que, às vezes, é necessário ser duro nas palavras. Lucas fala ainda sobre a carta que a classe redigiu e pede que após leitura a mesma possa ser aprovada. Isabella questiona se, diante da baixa arrecadação e falta de verba apontada pelo município, haverá o certame da Lei Rubem Braga este ano. Fernanda Merchid diz que haverá reunião com os órgãos responsáveis do governo para construção do orçamento para dois mil e vinte e quatro, frisa ainda que a Lei Rubem Braga e Lei Mestre João Inácio são sempre as prioridades da secretaria no planejamento orçamentário, e que está previsto o lançamento no segundo semestre deste ano do edital da LRB, mas deixa claro que haverá consulta à SEMFA sobre os valores que serão investidos no mesmo. Heloísa questiona se não havia previsão orçamentária dentro do orçamento da SEMCULT para o depósito e, se o mesmo deveria ser feito esse ano, considerando que os editais só serão pagos no próximo ano. Fernanda Merchid diz que o depósito de contrapartida na conta do fundo deveria ser feito ainda este ano, mesmo que os repasses ocorram apenas no ano seguinte, explica que o município deve realizar o depósito da contrapartida assim que assina o termo de compromisso, como ocorreu no ano anterior. Os presentes abrem discussões que fogem à pauta e Paula chama a atenção dos presentes para que se volte ao tema da reunião. Valquíria faz suas considerações e diz que a classe precisa se unir em buscar da resolução do problema e pontua que se faça um único pleito para que o município faça o depósito do valor não inserido no programa por parte do governo no Fundo Municipal de Cultura, para que se possa amenizar esse momento devastador que a cultura está enfrentando. Nesse momento Valquíria faz a leitura da carta redigida pelos artistas e alguns conselheiros *“Cachoeiro de Itapemirim, XX de agosto de 2023. À Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. O Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim (CMPCCI) vem por meio desta manifestar o seu descontentamento com a atitude da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim de não aderir à linha de financiamento para editais do Programa de Coinvestimento da Cultura – Fundo a Fundo Ciclo 2023, lançado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult-ES) – consequentemente, abrindo mão de recursos públicos valiosos para investimento em cultura em Cachoeiro. O Programa de Coinvestimento da Cultura – Fundo a Fundo é uma iniciativa de extrema relevância para o setor cultural do Espírito Santo, que teve a sua primeira edição em 2022. Por meio do programa, o governo estadual repassa recursos aos municípios que quiserem aderir, e as prefeituras também precisam fazer investimento financeiro como contrapartida. Uma das linhas de financiamento do programa é o Fundo a Fundo Editais, destinado a editais de fomento a projetos artísticos e culturais, que, em 2023, teria valor total para Cachoeiro de R\$ 573.124,72 – sendo R\$ 286.562,36 transferidos pela Secult-ES e valor idêntico – ou seja, R\$ 286.562,36 – de contrapartida da Prefeitura de Cachoeiro. Nas últimas reuniões do CMPCCI, foram debatidas ações a serem feitas com saldo remanescente do Fundo a Fundo 2022, com apontamentos sobre questões a serem aprimoradas para a edição de 2023. Mais especificamente, durante a reunião ordinária do dia 7 de agosto de 2023, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Semcult) apresentou aos conselheiros o Plano de Ação do Fundo a Fundo Patrimônio Material, uma outra linha de financiamento do*

Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho  
Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

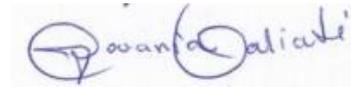
*programa de coinvestimento, mas que é independente do Fundo a Fundo Editais. Nessa mesma reunião, a Semcult confirmou que Cachoeiro faria a adesão ao Fundo a Fundo Editais 2023. Foi com espanto, portanto, que o CMPCCI e os fazedores de cultura de Cachoeiro receberam a notícia, no dia 10 de agosto de 2023 – ou seja, apenas três dias após a reunião do conselho –, pelas redes sociais, de que o nosso município não enviou o Plano de Ação à Secult-ES e, conseqüentemente, foi desclassificado, não aderindo ao Fundo a Fundo Editais 2023. Dos 78 municípios capixabas, 53 encaminharam os planos e estão aptos a receber os recursos. Cachoeiro e Guarapari foram os dois únicos municípios do estado com mais de 100 mil habitantes que não aderiram ao programa. Cidades menores e com dificuldades de arrecadação maiores fizeram a adesão. Desde que recebemos a notícia, fizemos diversos apelos para que a situação fosse explicada de forma oficial, mas sem retorno. Apenas informalmente, tivemos a informação de que o Gabinete do Prefeito de Cachoeiro, Victor Coelho, alegou indisponibilidade orçamentária para depositar a contrapartida e, por isso, foi enviada uma resposta no dia 8 de agosto à Semcult, dando conta de que não autorizaria a adesão ao programa. Ficamos nos perguntando se a resposta não poderia ter sido dada um ou dois dias antes, a tempo de ser repassada aos conselheiros na reunião do CMPCCI do dia 7. Entretanto, reiteramos que essa é uma informação extraoficial – não houve comunicado oficial. Pedimos uma reunião imediata, logo após a divulgação da notícia, mas só conseguimos marcá-la para o dia 17 de agosto, uma semana depois, porque a Semcult alegou indisponibilidade de agenda nos dias anteriores. Com isso, a angústia de todos os artistas e fazedores de cultura se prolongou por ainda mais tempo. Após quase uma semana marcada por um silêncio constrangedor, a secretária municipal de Cultura e Turismo, Fernanda Martins, se pronunciou – não para este Conselho ou diretamente aos artistas, mas em uma entrevista para uma equipe de televisão. Nesta entrevista, a secretária afirmou que o município não aderiu ao Fundo a Fundo Editais 2023, mas que há saldo remanescente do Fundo a Fundo 2022, e que o município está para lançar outros editais de cultura via Lei Paulo Gustavo e outros mecanismos de incentivo. A nosso ver, faltou a secretária explicar algumas coisas importantes ao telespectador. A primeira delas é que todos os recursos que o município recebe para investir em cultura, que na sua totalidade podem parecer vultosos, na verdade são diluídos em diversos editais e linhas de financiamento para as diferentes categorias artísticas, quase sempre com valores aquém do necessário para a realização dos projetos. Ou seja, os proponentes precisam se digladiar para conseguir algum dinheiro para executar seus projetos, e o número reduzido que consegue aprovação ainda precisa esperar os extensos trâmites burocráticos até que o recurso, enfim, chegue aonde deve chegar. Outra questão importante é que o principal motivo de o Fundo a Fundo 2022 não ter conseguido distribuir todos os recursos é o formato engessado do Plano de Ação e dos editais de Cachoeiro, que obrigavam os artistas a desenvolver ações por um período de tempo insano, o que afastou muitos interessados. A própria Semcult, aliás, admitiu o erro em uma reunião do CMPCCI e colocava esta como uma situação a ser acertada no Fundo a Fundo 2023. Nunca é demais lembrar, também, que a primeira edição do edital da Lei Rubem Braga após a pandemia foi lançado com valores reduzidos. Os próprios artistas se viram obrigados a concordar com a redução,*

Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho  
Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

*para dar a possibilidade de contemplar o maior número possível de projetos e democratizar o acesso. Ou seja, não é por ter dinheiro sobrando para a cultura que a Prefeitura de Cachoeiro não aderiu ao Fundo a Fundo Editais 2023. Diante dos fatos aqui expostos, só nos resta concluir que o CMPCCI foi ludibriado pela Semcult, e que a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim despreza os artistas e fazedores de cultura do município. Não deixa de ser irônico que o prefeito Victor Coelho se orgulhe em falar de sua trajetória como ator e de sua suposta afinidade com a área cultural. O setor cultural foi um dos mais afetados pela pandemia de Covid-19, e depende de recursos como o do Fundo a Fundo para a sua sobrevivência. Em Cachoeiro, também sofremos com questões particulares, como a ausência do Teatro Municipal Rubem Braga, destruído pela enchente de 2020 – cujo processo para o início da reforma também se arrasta, sem que seja notado o devido empenho por parte da atual gestão da Prefeitura de Cachoeiro no restauro do espaço. Por isso, este Conselho demanda que seja marcada uma reunião com o prefeito Victor Coelho, junto à Semcult, para que sejam apresentadas propostas alternativas de compensação, haja vista que não é mais possível voltar atrás na não adesão ao Fundo a Fundo Editais. Faz-se urgente que a Prefeitura de Cachoeiro, por intermédio da Semcult e/ou de seus demais departamentos, restabeleça diálogo com o CMPCCI e os fazedores de cultura, para que, pelo menos, seja dada a devida satisfação para a sociedade civil a respeito dos fatos relatados nesta carta. Não nos calaremos diante de absurdos como esses. Com indignação, Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim. Paula Garruth Presidenta do CMPCCI”.* Genildo Coelho diz que a Associação de Salvaguarda irá assinar a carta, mas sugere que a carta deve ser endereçada ao Prefeito Victor Coelho, pois considera que a decisão em não aderir ao programa foi do prefeito e não do secretário de Fazenda. Na falta de quórum deliberativo a carta não foi apresentada para votação e aprovação. Fernanda Merchid diz que aprovaria a carta com ressalvas, pois em alguns pontos ela falta com a verdade, conforme já esclarecido durante o desenrolar da reunião. Fica decidido na reunião que os artistas irão assinar a carta para protocolo, e que a mesma será enviada via classe artística e não via Conselho. Fernanda Merchid frisa que, mesmo que não seja via Conselho, que se leve em consideração os esclarecimentos feitos na reunião, frisando novamente que em alguns pontos o documento falta com a verdade. Fernanda Merchid pede acesso a carta para que possa fazer suas considerações. Paula retoma a palavra e diz que será necessário marcar outras reuniões extraordinárias para deliberar sobre os Planos de Ação do Programa de Coinvestimento Fundo a Fundo Patrimônio. Lucas considera que pode enviar a carta a Secretária de Cultura para suas considerações, porém por se tratar de documento enviado via classe artística, o documento não demanda que as alterações sejam todas acatadas pois é direito da classe se manifestar. Fernanda Merchid explica que faz questão de apontar onde a carta falta com a verdade e que se for acatada tudo bem, caso não, que publiquem como acharem melhor, mas faz questão de apontar os equívocos. Paula diz que os artistas tentarão marcar uma agenda com o prefeito e encerra a reunião agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião, e eu, Fernanda da Silva Brito, lavrei a presente ata. Cachoeiro de Itapemirim – ES, 17 de agosto de 2023.

Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho  
Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim

1. Paula Garruth - Literatura
2. Brenda Perim - Literatura
3. Cláudio Bernabé - Música
4. Jovânia Valliat - Música
5. Hélio Antônio Pereira júnior – Artesanato
6. Heloísa Prates Zaggo - Artesanato
7. Marco Antônio Reis – Teatro
8. Amanda Malta - Teatro
9. Bruno Farjado - Cultura Popular
10. Carla Ramos Prucoli - Câmara de Arquitetura e Urbanismo
11. João Agripino Bastos – SEMDEC
12. Maria Antônia dos Santos Passamai - SEME
13. Fernanda Maria Merchid - SEMCULT
14. Fernanda Brito - SEMCULT
15. Thiago Tognere - SEMDES
16. Ana Carolina Alves Souza – SEMURB



gov.br Documento assinado digitalmente  
JOAO AGRIPINO BASTOS GOMES  
Data: 21/09/2023 16:02:14-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
THIAGO ELIAS TOGNERE  
Data: 05/10/2023 15:24:42-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
HELOISA PRATES ZAGGO  
Data: 21/09/2023 13:40:03-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
LUCAS GUIMARAES BLUNCK SCHUINA  
Data: 27/09/2023 15:37:05-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

BRUNO  
FAJAR  
DO  
LIMA

Assinado de  
forma digital  
por BRUNO  
FAJARDO LIMA  
Dados:  
2023.09.26  
16:41:54 -03'00'



FERNANDA MARIA  
MERCHID MARTINS  
MOREIRA:00354418793

Assinado de forma digital por  
FERNANDA MARIA MERCHID  
MARTINS MOREIRA:00354418793  
Data: 2023.09.28 14:33:20 -03'00'

gov.br Documento assinado digitalmente  
PAULA TEIXEIRA GARRUTH RODRIGUES  
Data: 26/09/2023 18:09:19-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
CLAUDIO BERNABE TEIXEIRA  
Data: 27/09/2023 12:04:34-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
AMANDA MALTA DE PALMA  
Data: 25/09/2023 19:02:17-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
FERNANDA DA SILVA BRITO  
Data: 28/09/2023 17:10:37-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
ANA CAROLINA ALVES SOUZA  
Data: 29/09/2023 12:36:50-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
CARLA RAMOS PRUCOLI DESKIAVONI  
Data: 03/10/2023 19:28:52-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br Documento assinado digitalmente  
BRENDA CAETANO PERIM  
Data: 03/10/2023 12:32:46-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

